

BANCO REAL

INFRABRASIL

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

(“INFRABRASIL” OU “FUNDO”)

1º RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL (ECR)

Março de 2007

ÍNDICE

- I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO E PERÍODO COBERTO PELO RELATÓRIO
- II. SITUAÇÃO DO PROJETO
- III. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS
- IV. PLANOS DE AÇÃO CORRETIVA
- V. INCIDENTES SIGNIFICATIVOS
- VI. COMPROMISSOS NEGATIVOS
- VII. CONCLUSÕES DO PERÍODO

Lista de Anexos

1. Sistema de Gestão Ambiental (EMS)
2. Lista de Participantes do Evento de Lançamento do EMS
3. Declaração de Intenção SOI - PCHs Da Ilha e Jararaca/RS
4. Relatório de Viabilidade de EHS - PCHs Da Ilha e Jararaca/RS
5. Divulgação da Primeira Notificação de Informações “Aviso” do InfraBrasil
6. Notificação de Informações “Aviso”- PCHs Da Ilha e Jararaca/RS
7. Resultado da Notificação de Informações “Aviso” - PCHs Da Ilha e Jararaca/RS

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO E PERÍODO COBERTO PELO RELATÓRIO

O presente Relatório tem por objetivo atender a cláusula 6.13 (f) do contrato de empréstimo entre o BID e o InfraBrasil datado de 5 de julho de 2006. Este relatório cobre as atividades do InfraBrasil do ponto de vista de observância ambiental no período compreendido entre 5 de julho de 2006 a 31 de dezembro de 2006.

II. SITUAÇÃO DO PROJETO

Dentro do período coberto pelo relatório, não houve solicitação de desembolso por parte do InfraBrasil ao BID. O contrato de empréstimo estipula que o primeiro desembolso do BID ao InfraBrasil necessita ser feita em um prazo de 18 meses após a assinatura do contrato. Este prazo expira em 5 de janeiro de 2008.

No período coberto pelo presente relatório, o Comitê de Investimentos do InfraBrasil aprovou o investimento do fundo na compra de debêntures a serem emitidas pela Companhia Energética Rio da Prata S.A. (CERP). O investimento aprovado foi de até R\$46 milhões. Estes recursos serão utilizados pela CERP para complementar o aporte de capital que a CERP irá fazer para a implantação de duas pequenas centrais hidroelétricas localizadas no Rio Grande do Sul – PCH Jararaca e PCH da Ilha. Estas duas centrais hidroelétricas estão planejadas para entrar em funcionamento no final do ano de 2007. Em 26 de outubro de 2006 o InfraBrasil assinou o contrato de emissão das debêntures mas até 31 de dezembro de 2006 não havia feito qualquer desembolso para a aquisição das debêntures, visto que o desembolso do fundo está condicionado a aprovação do empréstimo do BNDES para as centrais hidroelétricas. Esta aprovação ocorreu em dezembro de 2006 e o desembolso do fundo ocorreu em 18 janeiro de 2007. Até o presente momento a CERP está em pleno atendimento de todas as cláusulas do contrato de emissão de debêntures e a obra segue o cronograma estabelecido.

De acordo com o Contrato de Empréstimo, o InfraBrasil está em conformidade com a legislação brasileira ambiental, social, trabalhista ou de saúde e segurança.

II.1. Lançamento da Política Ambiental do Infrabrazil

Em 14 de setembro de 2006, o InfraBrasil coordenou o lançamento do Sistema de Gestão Ambiental (EMS) (Anexo 1). As sessões foram realizadas no Banco ABN AMRO Real e contou com representantes das mais importantes ONGs brasileiras e internacionais e de consultores independentes. O evento constituiu fato inédito no Brasil. É a primeira vez que um Fundo recentemente criado convida ONGs para divulgar e dialogar sobre sua missão e política socioambiental.

As principais características do Fundo, os critérios procedimentos de tomada de decisão do EMS foram apresentados por Pablo Cardinale da unidade ambiental para o setor privado, do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, Christopher Wells and Cristiane

Ronza, da unidade de risco socioambiental do ABN AMRO Real e coordenadores ambientais do Fundo, Geoffrey Cleaver e Gustavo Peixoto, gestores do Fundo.

Entre as ONGs, participaram da sessão representantes da Rios Vivos (International Rivers Network), Amigos da Terra Amazonia Brasileira (Friends of the Earth), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê), Fundação Getúlio Vargas e o Conselho Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável. Também estavam presentes, um jornalista do site de notícias Eco, uma advogada do escritório do ex. Deputado Fábio Feldmann e um consultor da empresa Fábrica Ethica Brasil. A lista de presença encontra-se no Anexo 2.

Os representantes do InfraBrasil evidenciaram que o Fundo não irá investir em projetos que sejam enquadrados na política de reassentamento involuntário do BID e possam estar na lista de exclusão do EMS que combina a lista de exclusão do BID e do ABN AMRO Real.

A maioria das questões debatidas durante o evento foi em torno dos procedimentos de divulgação e transparência sobre os potenciais projetos de investimentos do Fundo. A política de divulgação de informação também é inédita no mercado de fundos de investimentos privados no Brasil.

Ao final das três horas de reunião, As ONGs expressaram uma visão positiva sobre a política Ambiental do InfraBrasil, que reflete uma boa combinação da políticas do BID e do ABN AMRO e a flexibilidade necessária para investimentos em projetos de infra-estrutura de médio porte.

II 2 Situação Individual dos Projetos de Investimento

No período coberto pelo Relatório, houve apenas dois projetos financiados pelo InfraBrasil e o mesmo encontra-se até a presente data de conformidade com a legislação ambiental brasileira e não houve desvio do contrato de emissão de debêntures ou necessidade de ações corretivas, conforme descrito sucintamente a seguir. A íntegra de todos os documentos gerados pela equipe ambiental do InfraBrasil encontra-se nos anexos desse Relatório. Todos os documentos encaminhados pelo emissor do primeiro investimento do Fundo está em posse da equipe ambiental do InfraBrasil e à disposição do BID e dos consultores independentes.

PROJETO PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHs) DA ILHA (26MW) E JARARACA (28MW)

O investimento aprovado consiste de duas pequenas centrais hidrelétricas localizadas no rio da Prata, municípios de Antonio Prado e Veranópolis, bacia hidrográfica do Taquari-Anta, sub bacia do rio da Prata. As PCH Jararaca e Da Ilha são de responsabilidade das empresas Vêneto Energética S.A. e Da Ilha Energética S.A., respectivamente.

O projeto foi analisado com base nos critérios, procedimentos e princípios socioambientais adotados pelo Sistema de Gestão Ambiental (EMS) do InfraBrasil, incluindo também os

critérios dos Princípios do Equador (International Finance Corporation-IFC). Após revisão da documentação, impressões obtidas durante a realização da *due diligence* e, considerando as características do projeto e sua localização, o mesmo foi classificado como Categoria B dos Princípios do Equador.

a) Processo de Análise do Investimento e Aprovação

Em 31 de julho de 2006, o InfraBrasil submeteu à equipe ambiental análise preliminar sobre a elegibilidade socioambiental das PCHs. A Declaração de Intenção SOI nº 001 foi elaborada e enviada em 08 de agosto de 2006 para o gerente do InfraBrasil (Anexo 3).

A *due diligence* foi realizada em 04 de agosto de 2006, quando foi possível verificar o estágio do desenvolvimento dos programas ambientais e do início da construção dos canteiros de obras das duas PCHs. Houve também longa entrevista com o gerente de meio ambiente da Hidrotérmica S.A Engº Alessandro Di Domênico.

Não houve visita ao órgão ambiental. A equipe ambiental do InfraBrasil entendeu ser suficiente o nível de informação disponível no site da FEPAM e pela transparência com que a Hidrotérmica apresentou as informações de EHS associadas aos projetos.

Em 05 de setembro de 2006, o representante do projeto aprovou minuta de Notificação de Divulgação de Informações “Aviso” para comunicado no site do InfraBrasil sobre a intenção do investimento.

O Relatório de Viabilidade foi encaminhado aos gestores do Fundo em 18 de setembro de 2006 e obteve aprovação do Comitê em 05 de outubro de 2006.

Tendo em vista o grau de transparência e competência com que os responsáveis pelos projetos estão conduzindo as questões socioambientais, entendemos não ser necessário o desenvolvimento de um Plano de Ação de EHS (aspectos ambientais, sociais, de saúde e segurança e trabalhistas). O cumprimento das exigências e recomendações previstas no Relatório de Viabilidade (Anexo 4) é suficiente para garantir a qualidade e boa reputação dos projetos e das entidades envolvidas no financiamento dos mesmos.

Em 26 de setembro de 2006, a primeira Notificação do InfraBrasil entrou em vigor no site do Banco ABN AMRO Real, conforme evidenciado no Anexo 5. O conteúdo da Notificação de Informações “Aviso” das PCHs Da Ilha e Jararaca encontra-se no Anexo 6.

Durante os 30 dias de divulgação do projeto houve um único pedido de esclarecimento. Tratava-se de uma pessoa com interesse pessoal e não vinculado a ONG. As perguntas e respostas trocadas durante o período podem ser lidas no Anexo 7.

As obras foram iniciadas em junho de 2006 e o enchimento dos reservatórios está previsto para o final de 2007. O valor total dos investimentos é de cerca de US\$ 108 milhões. A participação proposta pelo InfraBrasil será de aproximadamente US\$ 19 milhões.

O custo total de implementação dos programas ambientais previstos para a fase de construção e operação das duas PCHs será de cerca de R\$ 6 milhões, sendo que R\$ 1,200 milhões poderão ser destinados a eventuais contingências. Esse valor não inclui a eventual necessidade de instalação dos mecanismos de transposição para peixes.

Apesar de ser uma exigência do processo de licenciamento ambiental, o programa de aquisição das propriedades atingidas não faz parte do PBA e está também está sendo conduzido pela Hidrotérmica S.A., empresa do Grupo Bolgnesi responsável pelo projeto.

b) Divulgação de Informações e Consulta Pública

Durante a fase de aprovação da viabilidade ambiental, os projetos não geraram controvérsias ou conflitos de interesse ambiental. Uma Audiência Pública formal foi realizada em Antônio Prado em 04 de setembro de 2002.

Após a concessão da Licença Prévia e de Instalação, cinco Reuniões Públicas foram realizadas com proprietários a serem afetados com o enchimento dos reservatórios e as comunidades da região, sendo uma antes da realização da Audiência pública formal.

Em 18 de agosto de 2006, houve reunião pública para discussão da metodologia de avaliação de área e benfeitorias.

No período de julho a setembro de 2006, foram realizados 3 eventos que contaram com a presença de autoridades locais, diretores do grupo concessionário dos projetos e a comunidade em geral.

Em atendimento a uma exigência da Licença de Instalação, a Hidrotérmica criou um “site” (www.ht-hidrotermica.com.br) disponibilizando as informações sobre o empreendimento.

c) Auditorias Independentes

Não houve contratação de auditores independentes. A análise do projeto das PCHs, realização de *due diligence* e correspondentes documentos técnicos foram elaborados pelos profissionais da equipe ambiental do InfraBrasil.

d) Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2006.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- 1) Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental das PCHs Da Ilha e Jararaca, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: O Primeiro Relatório Trimestral dos Programas Ambiental das PCHs da Ilha e Jararaca foi apresentado e contém a descrição das atividades do PBA (Programa Básico Ambiental) desenvolvidas entre os meses de julho, agosto e setembro de 2006 e as previstas para o trimestre seguinte. O próximo Relatório será apresentado em Março de 2007.

- 2) Fase de Operação – Cópia de Relatório Trimestrais a serem encaminhados para a FEPAM, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação;

Status: Atividade ainda não iniciada.

- 3) Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Exigências de EHS

- 1) Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida. As exigências das Licenças estão sendo atendidas dentro do cronograma estabelecido e não foram identificadas não-conformidades e situações de risco que possam comprometer a fase de operação dos projetos.

- 2) Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante do PBA ou das Licenças de Instalação;

Status: Não houve solicitação de revisão de exigência no período analisado.

- 3) Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida. Documentação constante do Relatório Trimestral.

- 4) Manter o site da HT Hidrotérmica permanentemente atualizado com informações sobre a evolução dos programas ambientais e resultado das reuniões públicas;

Status: Atendida. O site da Hidrotérmica foi recentemente atualizado e as informações ambientais estão adequadamente tratadas. www.ht-hidrotermica.com.br

- 5) Apresentar em um prazo de 180 dias os custos dos mecanismos de transposição para peixes ou a declaração favorável da FEPAM sobre a não necessidade de instalação desses mecanismos;

Status: Exigência ainda não atendida, porém dentro do prazo.

- 6) Apresentar em um prazo de 180 dias os custos adicionais de aquisição de terras para ampliação da Área de Preservação Permanente ou declaração favorável da FEPAM sobre a não necessidade dessa extensão;

Status: Exigência ainda não atendida, porém dentro do prazo.

- 7) Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Coservação) com a FEPAM, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Exigência ainda não atendida, porém dentro do prazo.

- 8) Iniciar a formação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) antes do início da operação das PCHs, conforme previsto na Licença de Instalação;

Status: A formação da APP ainda não foi iniciada. No período contratado foi iniciado a implatação do viveiro do mudas para atender parte do compromisso de reposição florestal, sendo que o restante será adquirido de outros fornecedores da região.

- 9) Contratar um profissional de saúde, segurança e meio ambiente para os canteiros de obras, que responda para o gerente de meio ambiente da HT Hidrotérmica;

Status: A empreiteira CESBE contratou um encarregado de segurança para cada obra. Além desse profissional existe o acompanhamento diário de profissionais responsáveis pela supervisão ambiental da Hidrotérmica.

- 10) Desenvolver e implementar um sistema de gestão ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Exigência ainda não atendida, porém dentro do prazo.

III. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Desde o lançamento do Fundo e entrada em vigor do EMS não houve impacto negativo significativo relacionado a assuntos socioambientais e nenhum tipo de inobservância às Exigências Ambientais do BID. Também não houve registro de comunicação escrita importante com qualquer autoridade relacionada a qualquer assunto socioambiental, ou reclamação ambiental significativa.

IV. PLANOS DE AÇÃO CORRETIVA

No período contratado não houve necessidade de desenvolvimento de um Plano de Ação Corretiva para corrigir quaisquer não-conformidades ou deficiências descritas na seção acima.

V. INCIDENTES SIGNIFICATIVOS

Não houve nenhum incidente/acidente associado com as operações do INFRABRASIL que possam ter causado danos socioambientais, fatalidades ou lesões graves associadas ao INFRABRASIL.

VI. COMPROMISSOS NEGATIVOS

Não houve qualquer ação levada a cabo pela INFRABRASIL que resultou direta ou indiretamente em qualquer modificação do EMS.

VII. CONCLUSÕES DO PERÍODO

O EMS, apesar de ter sido aplicada para apenas um caso demonstrou ser um instrumento adequado para a tomada de decisão. O Comitê elogiou em diversas ocasiões a atuação da equipe de gestão e ambiental do Fundo. A política de “disclosure” também foi eficaz e permitiu a participação mesmo que pequena de entidades e pessoas interessadas no tema.

ANEXO 1

Sistema de Gestão Ambiental (EMS)

ANEXO 2

Lista de Participantes do Evento de Lançamento do EMS

ANEXO 3

Declaração de Intenção SOI - PCHs Da Ilha e Jararaca/RS

ANEXO 4

Relatório de Viabilidade de EHS - PCHs Da Ilha e Jararaca/RS

ANEXO 5

Divulgação da Primeira Notificação de Informações “Aviso” do Infrabrazil

On 26/09/2006, at 18:10, cristiane.ronza@br.abnamro.com wrote:

Conforme informado na nossa reunião de lançamento do Sistema de Gestão Ambiental do InfraBrasil, no último dia 14 de setembro, segue o link do Fundo no site do ABN AMRO Real. Verificar que já há um Aviso de intenção de investimento. Qualquer dúvida ou comentário, favor entrar em contato até o dia 21/10/06.

<http://www.bancoreal.com.br>

- Go to section "Conheça o Banco Real", located on the top menu

- Access "Private Equity", on the left menu

- Access link described as "Conheça os projetos que estão em análise pela equipe do InfraBrasil"

Nota: Os próximos avisos não serão comunicados por e-mail. Favor consultar o site periodicamente.

Cris Ronza
Banco Real ABN AMRO Bank
Risco Socioambiental
Av. Paulista, 1374, 3º andar
01310-916 São Paulo, SP
Tel. + 55 11 3174 6414 fax. +55 11 3174 6414
cristiane.ronza@br.abnamro.com

Antes de imprimir, avalie se é realmente necessário
Before printing, ask yourself if it is really necessary

Fabio Massao

22/09/06 18:29

To: robertm
pabloc@iadb.org
cc: Cristiane
Ronza/BR/ABNAMRO/NL@ABNAMRO,
Wells/BR/ABNAMRO/NL@ABNAMRO
Subject: Re: A
InfraBrasil

Dear Robert and Pablo,

As discussed with Cristiane, please note that the link previously sent for testing has already been uploaded to the Banco Real site. It can be accessed by anyone following the steps below:

<http://www.bancoreal.com.br>

- Go to section "Conheça o Banco Real", located on the top menu

- Access "Private Equity", on the left menu
- Access link described as "Conheça os projetos que estão em análise pela equipe do InfraBrasil"

The document was uploaded today, so the 30-days period will be counted from this date on.

Please let us know if you have any doubts.

Kind regards,

Fábio Massao Inocima

ABN AMRO

Private Equity

Av. Paulista, 1374 3rd floor

phone: 55 11 3174-7483

e-mail: fabio.massao@br.abnamro.com

ANEXO 6

Notificação de Informações “Aviso” - PCHs Da Ilha e Jararaca/RS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL

AVISO

O INFRABRASIL comunica o seu interesse em financiar os seguintes empreendimentos:

Nome: Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs Da Ilha (26MW) e Jararaca (28 MW)

Localização: Rio Grande do Sul - Antonio Prado e Veranópolis e Nova Roma, estado do Rio Grande do Sul.

Descrição: Trata-se de duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) localizadas no rio da Prata, bacia hidrográfica do Taquari-Anta, nordeste do estado do RS:

Informações Adicionais: A aprovação da viabilidade ambiental dos Projetos foi conduzida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler-FEPAM e as Licenças Prévias e de Instalação já foram emitidas e vigentes. O Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório (EIA e RIMA) e os projetos foram apresentados durante a audiência pública realizada em setembro de 2002 em Antonio Prado, RS. Antes da Audiência Pública, foram realizadas diversas reuniões técnicas com prefeituras envolvidas na área de influência direta, comitê de bacia, sindicato de trabalhadores rurais e com a comunidade local. Essas atividades de Comunicação Social continuam sendo desenvolvidas e fazem parte dos Programas Sócio-Ambientais das PCHs e que se encontram em implantação.

A área a ser alagada limita-se a vales com o rio encaixado, onde não será necessário realizar o reassentamento de populações.

As obras de implantação do empreendimento encontram-se integralmente localizadas dentro do estado do Rio Grande do Sul. As condicionantes e restrições ambientais previstas para as fases de construção como resgate arqueológico, desmatamento e resgate de fauna estão sendo acompanhadas pela FEPAM.

Para mais informações sobre o projeto acesse: <http://www.ht-hidrotermica.com.br>

Convidamos a sociedade a manifestar-se sobre esta nossa intenção. Quaisquer comentários devem ser dirigidos à Área de Risco Socioambiental do ABN AMRO Real.

Contatos:

Christopher Wells (11) 3174-7834 christopher.wells@br.abnamro.com

Cristiane Ronza (11) 3174-6414 cristiane.ronza@br.abnamro.com

ANEXO 7

Resultado da Notificação de Informações “Aviso”- PCHs Da Ilha e Jararaca/RS

Ref.: Comunicação da ONG Amigos da Terra

Sent: Wednesday, September 27, 2006 12:36 PM

Subject: e-Meio Circulante (26/9/2)

Prezado Assinante,

Seguem as notícias da semana, com destaque para:

Anunciado primeiro investimento do Fundo InfraBrasil - Eco-Finanças - 26/09/2006

Saudações e até a próxima edição!

Equipe Eco-Finanças
Amigos da Terra - Amazônia Brasileira
www.eco-financas.org.br

Ref.: Comunicação da ONG Rios Vivos

“Cristiane

Grato pela informação.

Glenn

Ref: Troca de correspondência sobre demanda com Luis Carlos Busato

Bom dia, Cristiane.

Obrigado pelas respostas.

É possível ter acesso ao Relatório de Viabilidade Ambiental feito pela equipe do InfraBrasil?

Luiz Carlos Busato
(24) 3340-2707 / 7835-4598

cristiane.ronza@br.abnamro.com escreveu:

Luiz,

Seguem abaixo os comentários adicionais.

Cris Ronza
Banco Real ABN AMRO Bank
Risco Socioambiental
Av. Paulista, 1374, 3º andar
01310-916 São Paulo, SP
Tel. + 55 11 3174 6414 fax. +55 11 3174 6414
cristiane.ronza@br.abnamro.com

Antes de imprimir, avalie se é realmente necessário
Before printing, ask yourself if it is really necessary

Luiz Carlos Busato <luizcbusato@yahoo.com.br>

13/10/06 20:05

To: cristiane.ronza@br.abnamro.com

cc: christopher.wells@br.abnamro.com

Subject: Re: Infrabrasil - PCHs Da Ilha e Jararaca

Prezada Cristiane,

<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Muito obrigado pela pronta resposta. Seu conteúdo deixa claro que o empreendedor realiza um bom trabalho de natureza ambiental.

As respostas me possibilitaram aprofundar no tema, e diante das informações disponíveis sobre o empreendimento, faço questão de tecer alguns comentários sob dois aspectos: relacionado ao compromisso do ABN Amro em garantir boa qualidade ambiental dos projetos com financiamentos aprovados pelo Infrabrasil, e em relação aos aspectos ambientais dos empreendimentos voltados para a minimização dos seus impactos sobre a biodiversidade.

A Internet é um veículo de comunicação ágil, por onde não cabe fazer um detalhamento de *todos* os pontos que poderiam ser comentados sobre os empreendimentos. Assim, vou tentar abordar os dois tópicos por meio de exemplos.

Com relação aos aspectos de interesse do Banco ABN Amro, destaco o seguinte conteúdo das Licenças de Instalação dos empreendimentos (disponíveis no site da FEPAM):

(exigência 35 das LIs das PCHs Da Ilha e Jararaca)

- Implementação das negociações e aquisições de propriedades atingidas, conforme cronograma apresentado pelo empreendedor em 09/07/2003, devendo ser enviados à FEPAM relatórios mensais do acompanhamento destas ações.

(do campo "documentos a apresentar no prazo de 120 dias" das LIs das PCHs Da Ilha e Jararaca)

- Plano de implantação da unidade de conservação, conforme proposta acordada com a FEPAM e DEFAP.

OBS.: A resposta que recebi cita somente uma intenção de criar uma UC, mas não fala do plano, que já deveria ter sido entregue.

(do campo "documentos a apresentar no prazo de 30 dias" das LIs das PCHs Da Ilha e Jararaca)

- Documentação referente à identificação, registro e mapeamento dos documentos naturais e pontos de relevante beleza cênica, indicando a forma de divulgação e preservação da memória daqueles que ficarão submersos.

(*exigência 41 das LIs das PCHs Da Ilha e Jararaca*)

- A empresa deverá criar "site" específico na Rede Mundial de Computadores (Internet) para divulgação dos resultados dos programas que compõem o Projeto Básico Ambiental. Os dados apresentados deverão ter atualização periódica e deverão ser interpretados segundo os padrões legais vigentes e os termos, condições e restrições desta licença.

A Exigência 36 das LIs requer que o empreendedor encaminhe relatórios trimestrais de acompanhamento com os resultados das atividades desenvolvidas. Ao pesquisar no site do empreendedor, noto que as informações estão desatualizadas, a ponto de somente constar a LI 535/2003 emitida em julho de 2003 e já vencida (substituída por outra).

Todas essas exigências e outras adicionais estão sendo cumpridas pelo empreendedor e fazem parte do Relatórios de Viabilidade elaborado pela equipe ambiental do InfraBrasil e também do contrato de financiamento.

Ao comentar as informações disponíveis no site e aquelas que me foram enviadas, entro no segundo tópico das minhas colocações: a minimização dos impactos do empreendimento sobre a biodiversidade.

O documento disponível no site relaciona somente 23 espécies de aves, enquanto a resposta que recebi cita 122. A mensagem também cita que "a presença de certos mamíferos dá indicação de boa qualidade ambiental", e também menciona a ocorrência da lontra (*lutra longicaudis*) na área do empreendimento. Ao ressaltar esses aspectos, quero reforçar que é necessário que o empreendedor (sozinho ou em conjunto com outros empreendimentos) atue de forma mais incisiva no manejo e proteção de espécies como a lontra (presente nas listas de ameaçadas).

O texto disponível no site sobre a flora cita, por exemplo, a ocorrência na região (não na área sob alagamento) do gravatá *Dyckia brevifolia*, uma espécie de ocorrência bastante específica, e que deveria ser considerada nos programas ambientais do empreendedor.

Todas as espécies de vegetação nativa e endêmicas estão sendo consideradas no programa de salvamento de flora. Para maiores esclarecimentos sobre os Estudos e dados do meio biótico entrar em contato com o biólogo Adriano Cunha da Biolaw Consultoria Ambiental (51 33881843).

Ressalta-se também que a exigência 27 das LIs estabelece que "deverá ser implantado mecanismo de transposição de fauna íctica" (escada de peixe), ressalvando que "este requisito será dispensado se comprovadamente não se fizer necessário para as espécies alvo). Apesar do comentário na resposta que recebi, não fica claro se já houve a dispensa desse mecanismo por parte da FEAM. Os dados disponíveis (não só da ictiofauna mas de todos os grupos faunísticos) não permite uma avaliação espacializada do tipo "ocorrências X impactos X mitigações".

A FEPAM/RS ainda está analisando o estudo específico sobre a necessidade ou não da implantação de mecanismo de transposição para peixes.

Dos 24 "programas ambientais" listados no site do empreendedor (só há o título de cada um deles), 7 são diretamente relacionados ao aspecto "biodiversidade". No entanto, não é

possível saber quais as medidas propostas contempladas nos planos, e assim nem posso apresentar alguma sugestão que possa contribuir para os resultados do projeto.

O Projeto Básico Ambiental está disponível no acervo técnico da FEPAM/RS, onde estão descritos todos programas ambientais com as respectivas metodologias.

Quando levanto esses pontos como exemplo, o que quero ressaltar é que a *aferição do grau de desempenho ambiental do empreendimento* (alto ou baixo) é proporcional à **profundidade e continuidade** que as questões são requeridas e avaliadas. O ABN Amro, como financiador da obra, possui grande poder de "conduzir a régua de aferição do desempenho ambiental dos empreendimentos financiados para cima", se a análise do empreendimento for além da simples análise de documentos e questionários. Diante disso, cabe uma pergunta: dos mais de 6000 clientes analisados, quantos passaram por uma vistoria técnica ou algum processo de acompanhamento periódico?

Além do Sistema de Gestão Ambiental específico para projeto a serem financiados pelo InfraBrasil, o ABN AMRO Real tem diferentes critérios para financiamento de projetos e clientes. Para projetos acima de US\$ 10 milhões os projetos novos devem ser enquadrados aos Princípios do Equador (ver link <http://www.equator-principles.com/>). Do total de clientes analisados por ano cerca de 10% são objeto de visita e acompanhamento periódico.

Há uma possibilidade muito grande de reforçar o desempenho ambiental dos empreendimentos financiados pelo banco – e conseqüentemente reforçar a imagem do banco – não exigindo mais, mas simplesmente fazendo uma análise técnica pormenorizada dos impactos ambientais previstos.

O aspecto *biodiversidade*, à luz da Convenção sobre Diversidade Biológica, tem sido um dos temas que investidores, fundos, governos e o próprio cidadão em comum têm cada vez mais interesse. Ao tomar a iniciativa de adotar uma postura ativa com respeito ao tema, o ABN Amro pode dar mais uma demonstração de seu compromisso com todos esses *stakeholders* do banco.

Esse é o assunto que tenho estudado, e que tenho muita satisfação em poder expor a vocês nessa mensagem. Caso queiram discutir o assunto de forma mais prática e objetiva (ao telefone ou em uma reunião, por exemplo), estou à disposição.

Mais uma vez, agradeço a atenção de vocês.

Cordialmente,

Luiz Carlos Busato
(24) 3340-2707 / 7835-4598

crisiane.ronza@br.abnamro.com escreveu:

Luis,

Conforme solicitado, seguem os esclarecimentos a respeito dos projetos PCHs Da Ilha e Jararaca. As respostas estão em vermelho na sequência das suas perguntas.

Qualquer dúvida adicional favor entrar em contato.

Cris Ronza
Banco Real ABN AMRO Bank
Risco Socioambiental
Av. Paulista, 1374, 3º andar
01310-916 São Paulo, SP
Tel. + 55 11 3174 6414 fax. +55 11 3174 6414
cristiane.ronza@br.abnamro.com

Antes de imprimir, avalie se é realmente necessário
Before printing, ask yourself if it is really necessary

Luiz Carlos Busato <luizcbusato@yahoo.com.br>

09/10/06 10:38

To: cristiane.ronza@br.abnamro.com

cc:

Subject: Infrabrasil - PCHs Da Ilha e Jararaca

Prezados Christopher e Cristiane,

Recebi o aviso do interesse do Infrabrasil em financiar as PCHs citadas no título desta mensagem.

O aviso inclui um breve resumo sobre o empreendimento e fornece o sítio da internet onde mais informações poderiam ser obtidas, o qual consultei para fundamentar as colocações feitas nesta mensagem.

Diante do convite feito à sociedade para manifestar-se a respeito da intenção do banco, venho colocar alguns aspectos referentes à **conservação da diversidade biológica** da região de influência dos empreendimentos, uma vez que esta medida é estabelecida como um dos três objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica (artigo 1o).

Meu objetivo, ao realizar a consulta, foi avaliar as medidas planejadas como parte integrante dos projetos com relação à conservação da biodiversidade. No entanto, o sítio mencionado no "aviso" não fornece nenhum tipo de informação sobre aspectos ambientais destes empreendimentos, resumindo-se aos dados técnicos da usina.

Assim, permaneço com a dúvida sobre dados básicos como:

- Qual a área de inundação do lago formado? **Na PCH Jararaca a área total do reservatório é de 60,06 hectares e na PCH Da Ilha a área total é de 117,39 hectares.**

Qual o percentual desta área coberto por vegetação nativa? **A área que será alagada na PCH Jararaca corresponde a 29,38 hectares, considerada pequena devido ao grande encaixamento do vale do Rio da Prata e estima-se que 85% desse valor correspondem à**

áreas que possuem cobertura vegetal cujas características são descritas na próxima pergunta. No caso da PCH Da Ilha a área a ser alagada é de 54,97 hectares e devido ao predomínio de pequenas propriedades rurais que fazem uso do solo a área coberta por vegetação que será removida para o enchimento do reservatório é cerca de 25 hectares (~58% da área a ser alagada)

Qual a fitofisionomia sob a qual incidirá o impacto direto do alagamento? A região onde se localizam os empreendimentos caracterizava-se originalmente pela mistura de formações vegetais distintas, de acordo com as peculiaridades do relevo e da topografia. No caso específico desse vale predominavam formações florestais denominadas "Floresta Estacional Decidual", que é uma expressão científica que destaca o fato de uma grande parcela das árvores que nela ocorrem perder suas folhas no período de inverno. Árvores como a grábia, o cedro, a guajuvira e o angico-vermelho eram comuns nessas florestas. Com a chegada dos colonos europeus, no início do século XIX, verificaram-se intensas modificações nas florestas da região, seja pela retirada de madeira, seja pela abertura de áreas favoráveis à implantação da agricultura. Essas modificações chegaram a ser bastante severas em muitos locais, embora o posterior abandono de algumas áreas tenha permitido a regeneração de forma significativa em diversos locais. Essas áreas ocupadas pela vegetação em regeneração recebem os nomes de capoeiras, capoeirões e florestas secundárias, dependendo da ausência de exploração agropecuária, do grau de esgotamento do solo e da presença de áreas capazes de fornecer mudas e sementes para a ocupação das áreas abandonadas. Hoje verifica-se uma mistura de áreas ocupadas pela vegetação que se regenerou nas áreas anteriormente utilizadas para a agricultura, áreas de floresta melhor conservada nos locais mais íngremes, áreas agrícolas e áreas de habitações humanas, acompanhadas de um número expressivo de espécies arbóreas cultivadas, como bergamoteiras, caqui, tungue, plátanos, uva-do-japão, eucaliptos, nogueiras, cinamomos e abacateiros. Finalmente cabe destacar a ocorrência de uma vegetação típica junto às margens dos rios, que é denominada de mata ciliar e que se caracteriza pela presença de espécies adaptadas a uma maior umidade do solo, como são os sarandis, o topete-de-cardeal, a erva-de-bicho e a cruz-de-malta entre outras.

Os cálculos de desmatamento incluem as linhas de transmissão? As linhas de transmissão foram consideradas separadamente do reservatório, áreas de canteiro e acessos no cálculo da reposição florestal, no entanto esse traçado foi ambientalmente projetado evitando ao máximo áreas que fosse providas de vegetação. Contudo a única incidência de vegetação foi nos 6 km entre as duas usinas já que o traçado permanece dentro do vale do rio. Nos 18,5 Km o traçado foi dimensionado justamente com desvios para que não houvesse nenhuma interferência com vegetação já que havia essa possibilidade dado o alto grau de ocupação do solo com propriedades rurais.

Quanto este desmatamento representa em relação à cobertura florestal da bacia hidrográfica do empreendimento? A bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas aonde estão inseridos esses empreendimentos possui uma área de aproximadamente 3.880 km², isto é, 388.000 ha. É correto afirmar que no mínimo 20% disso são áreas com cobertura vegetal, sendo assim 77.600 hectares no mínimo são florestas. Os dois empreendimentos vão contiguamente desmatar cerca de 50 hectares que é 0,064% da cobertura mínima que existe na bacia. Considerando ainda o fato de que as usinas possuirão Áreas de Preservação Permanente com cerca de 380 hectares de área que serão revegetadas e preservadas para sempre pode-se dizer que o impacto do desmatamento será bem compensado.

- Qual a fauna ali presente? A fauna dessa região foi muito alterada durante a primeira metade do século XX. A ocupação sobretudo por imigrantes italianos e seus descendentes, fez com que maior parte das áreas florestadas da parte superior dos vales fosse eliminada. Com isso, restaram as áreas de encostas e os fundos dos vales como refúgio para muitas espécies. Nas matas próximas ao rio, onde o relevo impede a implantação de lavouras e pastos ainda existe alguns refúgios para os animais. A proximidade com o rio também facilita a presença de algumas espécies, como a capivara e o mão-pelada, que apesar de serem mamíferos terrestres precisam de ambientes aquáticos para se manterem. A fauna aquática do Rio da Prata possui uma composição muito diversificada devido à grande variabilidade de ambientes. Os acidentes geográficos, comuns nas áreas como mini cachoeiras e saltos, muitas vezes se configuram em importantes barreiras à dispersão de espécies de peixes. Entre os répteis o número de espécies é maior, sendo a maioria delas compostas por serpentes. A comunidade de aves é a que apresenta maior riqueza, com 122 espécies registradas. Os mamíferos estão representados por um número menor de espécies, onde foram observadas 12 espécies com predomínio de roedores e ainda a presença de diversos indivíduos da espécie mão-pelada. A fauna desses mamíferos de pequeno porte dá indicação de boa qualidade ambiental.

Ocorrem espécies ameaçadas? Durante as campanhas de estudos de fauna foi avistada uma lontra que é um animal que encontra-se ameaçado de extinção (classificação "vulnerável" na lista do Livro Vermelho das Espécies em extinção)

Quais as medidas de proteção e mitigação dos impactos previstas? Os programas ambientais de resgate de fauna mitigam esses impactos sobretudo com as atividades de realocação de fauna. As APPs servirão de corredores ecológicos para a manutenção dessas características. No sítio da internet, na relação "serviços em andamento" cita-se o "levantamento da amostragem da fauna visando ao monitoramento dos estudos ambientais" - o que isso significa? São os programas ambientais sendo implantados.

Será que ainda não foi feito nenhum estudo da fauna que ocorre na região!?!?! Durante os Estudos de impactos ambientais e Projeto Básico Ambiental foram realizadas diversas campanhas para levantamento de fauna nas diferentes estações do ano.

- Como será a etapa de remoção da vegetação da área alagada? Haverá um acompanhamento de resgate de fauna precedendo essa atividade. Existem planos de manejo estabelecendo as frentes de corte e as respectivas direções considerando-se todos os aspectos ambientais sobretudo bióticos. Isso será realizado? Sim

- Quais as medidas de monitoramento para garantir minimização dos impactos sobre a biota da região? A implantação dos programas do Projeto Básico Ambiental garantem a mitigação dos impactos ambientais.

Foi projetada e incluída no projeto uma "escada de peixes"? Os estudos realizados até o presente momento indicaram que não existem espécies reofilicas ou endemismo nas áreas de influência direta desses empreendimentos. Ainda a existência de barreiras naturais comprova diferenças entre as espécies de cima com as de baixo. Considerando também o fato de haver em construção uma usina hidrelétrica a montante desses empreendimentos sem a existência de um dispositivo de transposição de peixes ficaria sem uso comprovado projetar e executar qualquer tipo de STP.

- O projeto encontra-se em zona de amortecimento de alguma UC de proteção integral? Não existe nenhuma UC dentro da bacia hidrográfica dos Rios Taquari-Antas. Existe uma intenção dos empreendedores de geração de energia de criar em breve uma unidade.

- Quais as compensações ambientais e monitoramentos dos impactos previstos para os empreendimentos? Existem as compensações financeiras regidas pela Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) e a implantação dos 24 programas do Projeto Básico Ambiental com os respectivos monitoramentos nos meios físicos, bióticos e antrópicos.

Muito provavelmente, a maioria dessas informações foi fornecida pelos proponentes durante as duas etapas de licenciamento ambiental já concluídas. No entanto, o "projeto ambiental" ou "socioambiental" do empreendimento não pode ser acessado pelo sítio na internet, e infelizmente, o exemplo da UH de Barra Grande, também no sul do país, não nos permite que confiemos somente no fato de que os empreendimentos receberam suas LPs e LIs.... Muito diferente das dimensões de Barra Grande esses empreendimentos foram concebidos dentro de um Estudo Ambiental de Zoneamento da Bacia hidrográfica Taquari-antas cujo produto final foram as diretrizes para o licenciamento. Nesse estudo, que está disponível no site da FEPAM www.fepam.rs.gov.br, foram analisados sinergicamente 51 empreendimentos hidrelétricos inventariados na bacia e 17 foram vetados. Os demais tiveram o licenciamento ambiental condicionado a EIA/RIMA ou RAS dependendo das características do local. Portanto o licenciamento desses empreendimentos foi bem abordado pelo órgão ambiental com bastante planejamento e precaução.

Meu interesse, para fins de estudo, é *"entender, visualizar e onde e quando possível mensurar o nível de impacto sobre a biodiversidade de projetos financiados por fundos socioambientais ou ainda sob os auspícios dos Princípios do Equador"*. Em outras palavras, pretendo avaliar se os esforços do setor financeiro em apoiar medidas ambientalmente viáveis resulta, de fato, em projetos que alcançam excelência ambiental, ou no mínimo tem efeitos (impactos) aceitáveis sobre a biodiversidade.

Gostaria de saber como o ABN Amro aborda essa questão dentro de suas estratégias e políticas de gestão de riscos e compromissos socioambientais. O ABN Amro é signatário e um dos autores dos Princípios do Equador e a política socioambiental do InfraBrasil, além de cotemplar as políticas socioambientais do ABN AMRO Real, também contempla as políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB). A política de risco socioambiental do Banco consiste da análise de clientes e projetos a luz das políticas globais e regionais para 22 setores sensíveis do ponto de vista socioambiental como mineração, óleo e gás e florestas. Desde a implementação da política, em 2002, mais de 6000 clientes foram analisados pela área de risco socioambiental. Para mais informações favor consultar o site do Banco Real (<http://www.bancoreal.com.br>).